



Em defesa da soberania nacional e contra taxação intervencionista dos EUA

Nós, das centrais sindicais brasileiras, representantes de trabalhadoras e trabalhadores de diversos setores da economia, repudiamos o “tarifaço” de 50% sobre as exportações brasileiras, anunciado pelo governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump.

Essa medida intempestiva, que remete à memória sombria da participação dos EUA no golpe 1964, não passa de uma reação hostil às decisões do Supremo Tribunal Federal envolvendo empresas estadunidenses que atuam no Brasil. Trata-se, ainda, de um conluio com o bolsonarismo, que insiste em alimentar polarizações e estimular grupos de extrema-direita a traírem os interesses nacionais.

Alertamos para os impactos devastadores que a sobretaxa pode causar à economia e à classe trabalhadora. Um aumento abrupto de 50% nas tarifas sobre nossas exportações — vindas de um país com o qual mantemos mais de 200 anos de relações comerciais — ameaça diretamente a indústria, o agronegócio e diversos setores produtivos, com risco real de demissões em massa, fechamento de empresas e agravamento do desemprego. A medida também tende a encarecer o custo da produção, pressionando a inflação e elevando o custo de vida. Há ainda o risco de instabilidade cambial.

Diante desse ataque à nossa soberania, apoiamos a resposta firme e ativa do governo federal, liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e saudamos a recente aprovação da Lei da Reciprocidade Econômica. O governo deve utilizar todos os instrumentos legais para proteger nossa economia e o povo brasileiro.

É também necessário exigir a cassação do mandato do deputado federal Eduardo Bolsonaro que, mesmo abrigado no exterior e recebendo salários pagos pela população brasileira, agiu como um verdadeiro agente estrangeiro ao fomentar sanções contra o próprio país. Isso configura crime de lesa-pátria.

Ao mesmo tempo, defendemos que o Brasil preserve e fortaleça suas relações internacionais, buscando uma solução pacífica, multilateral e justa. Confiamos que o governo saberá equilibrar firmeza e diplomacia para impedir a escalada de uma crise provocada pelo autoritarismo de Donald Trump.

Reafirmamos, por fim, nosso compromisso inegociável com a soberania nacional, com a legitimidade das instituições democráticas e com os direitos da classe trabalhadora. O Brasil é dos brasileiros — e somente ao povo, por meio de suas instituições, cabe decidir os rumos do país.

Pela soberania nacional, pela democracia e pelo emprego!

São Paulo, 10 de julho de 2025

Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Nilza Pereira de Almeida, secretária geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente da Pública, Central do Servidor